



## CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 003. PROVA OBJETIVA

#### ANALISTA LEGISLATIVO – ASSESSORAMENTO JURÍDICO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 50 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas e 30 minutos do início da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto de João Pereira Coutinho para responder às questões de números **01** a **06**.

#### *Um filme revolucionário*

Para muitos, a época do Natal é o momento da suprema hipocrisia. Durante 24 horas, ou talvez 48, os sorrisos são forçados, os sentimentos são de plástico e a gentileza, se merece o nome, não consegue esconder completamente a profundidade do ressentimento contra amigos ou familiares.

Mas será que os mortais ainda se lembram do sorriso franco, dos sentimentos limpos e de uma gentileza genuína? Será que sentem saudades?

Para esses nostálgicos, aconselho o filme “A Menina Silenciosa”, de Colm Bairéad, inspirado no livro “Foster”, de Claire Keegan. É o meu filme do ano, para usar a linguagem gasta dos balanços jornalísticos.

A história é simples, ou parece simples: Cáit (espantosa Catherine Clinch) é uma criança de nove anos que sobrevive (é o termo) numa família que a ignora e despreza. O seu método de sobrevivência é o silêncio, a quietude e a observação. Para usar uma palavra clássica, Cáit é uma “enjeitada”. A mãe é uma figura exausta e ausente. O pai alcoólatra tem a delicadeza própria das bestas. E as irmãs mais velhas são espectros sem rosto e sem voz.

Mas então os pais, que esperam uma nova criança e não têm tempo para Cáit, decidem enviá-la para a casa de Eibhlín e Seán, familiares distantes, só para passar o verão, e a garota é assim levada para um ambiente estranho. Decisão milagrosa, pois eles acolhem-na e, logo nos primeiros momentos, entendemos que algo mudou. Uma diferença nos gestos, digamos assim. Gestos de quem cuida.

Naquele verão, Cáit conhece essa coisa extraordinária: uma família, partilhando com ela as suas alegrias e tristezas, as suas rotinas, as suas conversas. Lentamente, a “menina silenciosa” vai saindo do seu casulo. “A Menina Silenciosa” é um filme revolucionário por tratar do mais revolucionário dos temas: a bondade humana.

Não é uma daquelas virtudes mentirosas para ser exibida nas redes sociais e que apenas serve para alimentar a vaidade do suposto virtuoso. Também não é uma mera proclamação ideológica, abstrata, ideal, própria de quem ama a humanidade, mas despreza o ser humano comum.

Como lembrava Emmanuel Levinas\*, a bondade é uma virtude interpessoal. Ela só acontece face a face. A bondade nada exige, nada espera, nada impõe. É pura hospitalidade. É abertura e reconhecimento.

E, como no filme, talvez seja um dia reciprocidade.

(João Pereira Coutinho. ‘A Menina Silenciosa’ é um filme revolucionário ao tratar da bondade humana. [www.folha.uol.com.br/colunas](http://www.folha.uol.com.br/colunas), 22.12.2023. Adaptado)

\*Emmanuel Levinas: filósofo francês (1906-1995)

01. Com base nas informações do texto, é correto afirmar que

- (A) os textos jornalísticos têm, para Pereira Coutinho, o mérito de pôr os leitores em contato com uma linguagem permanentemente inovadora e destituída de clichês.
- (B) Cáit se sente temerosa quando os pais, inicialmente avessos à ideia, permitem que ela passe o verão na casa dos parentes Eibhlín e Seán.
- (C) Eibhlín e Seán, que conheciam de antemão a situação humilhante vivida por Cáit, redobram a atenção e o carinho dedicados à menina.
- (D) a recordação contínua de momentos que ficaram marcados por sentimentos puros e gentileza desinteressada é comportamento inerente aos seres humanos.
- (E) indivíduos, movidos pelo narcisismo, usam a internet para ostentar as supostas virtudes, outros são hipócritas quando dizem gostar da humanidade.

02. Segundo a descrição que o autor faz das personagens,

- (A) a mãe é uma mulher obstinada; Eibhlín e Seán são pessoas solícitas.
- (B) o pai é uma pessoa doente; Eibhlín e Seán vivem reclusos.
- (C) a mãe é negligente com os filhos; as irmãs agredem fisicamente a caçula.
- (D) a mãe é uma mulher pretensiosa; o pai é um homem ignorante.
- (E) o pai age com agressividade; as irmãs não interagem com Cáit.

03. Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação correta a respeito das passagens do texto.

- (A) Mas será que os **mortais** ainda se lembram do sorriso franco... (2º parágrafo): o termo destacado está em sentido figurado, equivalendo a *seres humanos*.
- (B) Para esses **nostálgicos**, aconselho o filme “A Menina Silenciosa”... (3º parágrafo): o termo destacado está em sentido próprio, equivalendo a *incompreendidos*.
- (C) Durante 24 horas, ou talvez 48, os sorrisos são forçados, os sentimentos são **de plástico**... (1º parágrafo): a expressão destacada está em sentido figurado, equivalendo a *dissimulados*.
- (D) ... e a garota é assim levada para um ambiente **estranho**. (5º parágrafo): o termo destacado está em sentido próprio, equivalendo a *hostil*.
- (E) Lentamente, a “menina silenciosa” **vai saindo do seu casulo**. (6º parágrafo): a expressão destacada está em sentido figurado, equivalendo a *torna-se voluntariosa*.

04. Os parênteses empregados no quarto parágrafo sinalizam observações do autor que são

- (A) adicionais e relativas, respectivamente, à ótima atuação da atriz e ao fato de a personagem ter de resistir à exclusão a que é submetida.
- (B) jocosas e relativas, respectivamente, ao evidente talento da atriz e ao fato de a personagem ter sido adotada por uma nova família.
- (C) contundentes e relativas, respectivamente, ao grande sucesso do filme e ao fato de a personagem ter sido resiliente perante o desamor da família.
- (D) imprescindíveis e relativas, respectivamente, ao sucesso imediato da atriz e ao fato de a personagem reagir acintosamente ao descaso da própria família.
- (E) irônicas e relativas, respectivamente, à juventude da atriz e ao fato de a personagem sentir-se feliz, ainda que faça parte de uma família desestruturada.

05. Assinale a alternativa em que a frase está em conformidade com a norma-padrão de concordância verbal.

- (A) No texto, que expõe opiniões do autor acerca da generosidade, sugerem-se que os leitores assistam ao filme inspirado no livro de Claire Keegan.
- (B) No enfrentamento da realidade, são a quietude e a observação que permite à Cáit sobreviver às agruras impostas pela própria família.
- (C) O autor, ao comentar sobre bondade, hospitalidade e reciprocidade, explica que se tratam de temas revolucionários.
- (D) No contato familiar, faltam à menina silenciosa os gestos de zelo e carinho que sempre devem unir pais e filhos.
- (E) Quando há bondade autêntica entre as pessoas, não pode existir exigências, cobranças ou imposições.

06. A passagem destacada em – Naquele verão, Cáit conhece essa coisa extraordinária: **uma família, partilhando com ela as suas alegrias e tristezas...** (6º parágrafo) está reescrita de acordo com a norma-padrão na alternativa:

- (A) ... uma família à qual ela tem os desgostos e as alegrias compartilhados.
- (B) ... uma família cujas alegrias e desgostos são compartilhados com ela.
- (C) ... uma família aonde desgostos e alegrias são compartilhadas com ela.
- (D) ... uma família cujos os desgostos e as alegrias são compartilhados com ela.
- (E) ... uma família com a qual ela tem alegrias e desgostos compartilhadas.

Leia um trecho do romance “A gorda”, da escritora portuguesa Isabela Figueiredo, para responder às questões de números 07 a 10.

Já estamos habituados a cães abandonados que vêm parar à nossa rua. O Bobi também viveu quase duas décadas no pátio das traseiras do prédio. Do alto do sexto andar víamo-lo acoitar-se debaixo dos carros, fugindo à chuva. A certa altura, o papá comprou-lhe uma casota de cimento, que a loja veio entregar. O Bobi era quase como se fosse nosso, mas vivia na rua. Alguma vizinhança assomou à janela e apreciou o feito do papá. Mas estamos no mundo e, como de costume, outros censuraram. Eu e o papá temos fama de proteger os animais. E é má. Reclamam que ladram, que podem morder e transmitem doenças. Que somos os culpados de não se irem embora porque os alimentamos. Nas nossas costas há sempre alguém a enxotá-los ou a magoá-los. Pessoas que se cruzam conosco fingindo ser do bem, mas nos impugnam pelas costas. Denunciam a presença do cão vadio à câmara e a carroça costuma aparecer de madrugada, com homens súbitos que procuram caçá-lo com redes. Quando não consegue escapar, o Bobi é levado para o canil municipal. Na manhã seguinte, eu e o papá deslocamos ao canil e confirmamos a sua presença atrás das grades. Seguimos para a Câmara, pagamos a multa e voltamos para o resgatar. Fazemos o caminho a pé para casa, calmamente; ele ao nosso lado. O Bobi não entra em carros. Eu e o papá vamos-lhe pedindo que tenha cuidado com as doenças que as pessoas podem transmitir-lhe. Explicamos que a picada ou mordedura dos humanos é mortal. Embora nos ríamos da conversa que entabulamos, eu e o papá estamos fartos de gente.

(Isabela Figueiredo. “A gorda”. Editora Todavia, 2021. Adaptado)

07. De acordo com o texto, pode-se concluir corretamente que

- (A) pai e filha, no trajeto de volta do canil, riem dos comentários que fazem acerca dos conhecidos, já que são mentiras que usam para distrair Bobi.
- (B) certos moradores costumam recorrer à prefeitura que, imediatamente, envia os funcionários para aprisionar Bobi e levá-lo ao canil.
- (C) os vizinhos, embora aprovassem a compra da casinha, não queriam Bobi no condomínio, pois o animal se confirmou uma real ameaça para os moradores.
- (D) a narradora concebe a sociedade como um espaço em que existem seres humanos falsos e insensíveis, por esse motivo não a idealiza.
- (E) a família da narradora, habituada a cães, quis acolher Bobi no apartamento, mas o cão, receoso, preferiu continuar vivendo no pátio do condomínio.

08. Assinale a alternativa em que as frases apresentadas estão em conformidade com o sentido do texto.

- (A) Ainda que alimentemos os cães, por isso as pessoas nos culpam de eles não se irem embora. / Se não consegue escapar, Bobi é levado para o canil, ou, na manhã seguinte, saímos para resgatá-lo.
- (B) Uma vez que alimentamos os cães, com efeito as pessoas nos culpam de eles não se irem embora. / Mesmo que não consiga escapar, Bobi é levado para o canil, salvo se, na manhã seguinte, saímos para resgatá-lo.
- (C) Como alimentamos os cães, conseqüentemente as pessoas nos culpam de eles não se irem embora. / Caso não consiga escapar, Bobi é levado para o canil, todavia, na manhã seguinte, saímos para resgatá-lo.
- (D) Visto que alimentamos os cães, a princípio as pessoas nos culpam de eles não se irem embora. / Enquanto não consegue escapar, Bobi é levado para o canil, não obstante, na manhã seguinte, saímos para resgatá-lo.
- (E) Sem que alimentemos os cães, ainda assim as pessoas nos culpam de eles não se irem embora. / À medida que não consegue escapar, Bobi é levado para o canil, assim sendo, na manhã seguinte, saímos para resgatá-lo.

09. Considere as frases.

- Meu pai escolhera uma casa feita de cimento para Bobi, e a loja \_\_\_\_\_ ao condomínio.
- Sabendo de sua captura, vamos ao canil onde \_\_\_\_\_ que Bobi está atrás das grades.
- No retorno para casa, conversei com o cão e \_\_\_\_\_ de que as pessoas podem ser perigosas.

Atendendo à norma-padrão de emprego e de colocação dos pronomes, as lacunas das frases devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) a havia levado; confirma-se; lhe previno
- (B) havia levado-a; confirma-se; previno-o
- (C) havia levado-a; se confirma; lhe previno
- (D) havia-a levado; se confirma; previno-lhe
- (E) a havia levado; se confirma; previno-o

10. A frase que segue a norma-padrão de regência e de emprego do sinal indicativo de crase se encontra em:

- (A) Meu pai e eu estamos acostumados à conviver com animais abandonados.
- (B) Quando chove, Bobi procura se refugiar à locais cobertos, como embaixo dos carros.
- (C) Algumas pessoas se mostram receptivas, outras nem tanto, à atenção dada aos cães de rua.
- (D) Há vizinhos que atribuem à qualquer atitude de pai e filha a culpa pela presença dos cães.
- (E) Para reaver animais capturados pelo serviço público, é necessário quitar à uma multa.

11. Considere a seguinte informação publicada em uma agência estadual de notícias:

A Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) investiu R\$ 880,3 milhões, no primeiro semestre de 2023, na melhoria do saneamento básico. Esse montante é 15,3% maior do que o montante investido na melhoria do saneamento básico, no mesmo período do ano anterior.

(<https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Sanepar-amplia-em-15-investimento-no-1o-semester-para-aumentar-o-saneamento>. Adaptado)

Com base nas informações apresentadas, é correto afirmar que o montante investido na melhoria do saneamento básico, pela Sanepar, no primeiro semestre de 2022, ficou entre

- (A) R\$ 760 milhões e R\$ 770 milhões.
- (B) R\$ 740 milhões e R\$ 750 milhões.
- (C) R\$ 750 milhões e R\$ 760 milhões.
- (D) R\$ 770 milhões e R\$ 780 milhões.
- (E) R\$ 780 milhões e R\$ 790 milhões.

12. Carina leu um livro em 3 dias. Na segunda-feira ela leu a terça parte do total de páginas do livro, na quarta-feira leu três quartos do número de páginas não lidas na segunda-feira, e, na sexta-feira, leu as 60 páginas que faltavam. O número de páginas lidas por Carina na quarta-feira foi igual a

- (A) 180.
- (B) 170.
- (C) 160.
- (D) 150.
- (E) 140.

13. Um grupo com 60 novos analistas legislativos com especialidade A e 150 novos analistas legislativos com especialidade B precisa ser dividido em grupos menores, contendo, cada um,  $x$  analistas com especialidade A e  $y$  analistas com especialidade B. Para tanto, não pode haver analista fora de um grupo, e o número de grupos tem que ser o maior possível. Nesse caso o valor de  $y - x$  dever ser igual a

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 5.
- (D) 4.
- (E) 1.

14. Após a primeira fase de determinado concurso, considerando apenas os candidatos aprovados nessa fase, a razão entre o número de candidatos que concorrem ao cargo A e o número de candidatos que concorrem ao cargo B foi igual a  $\frac{10}{9}$ . Após a segunda fase, considerando os

candidatos que foram aprovados na fase anterior, a quinta parte dos que concorrem ao cargo A e a sexta parte dos que concorrem ao cargo B foram aprovadas, totalizando 140 candidatos. Após a segunda fase, o número de candidatos aprovados para o cargo B foi igual a

- (A) 65.  
(B) 75.  
(C) 70.  
(D) 80.  
(E) 60.
15. A tabela apresenta o número total de unidades de certo produto, produzidas por uma empresa, e o número total de unidades reprovadas no controle de qualidade, nos três quadrimestres do ano anterior:

Resumo da produção (ano anterior)		
Quadrimestre	Número total de unidades produzidas	Número total de unidades reprovadas
Primeiro	1 820	8
Segundo	1 945	13
Terceiro	2 082	6

Com base nas informações apresentadas, pode-se corretamente afirmar que, no ano anterior, a média mensal de unidades produzidas e não reprovadas do referido produto pela empresa, foi de

- (A) 1 455 unidades.  
(B) 1 940 unidades.  
(C) 646 unidades.  
(D) 485 unidades.  
(E) 162 unidades.
16. Uma empresa vende determinado produto em três tipos de embalagens: de 4 unidades, de 6 unidades ou de 8 unidades. Atualmente, a empresa tem 1 251 unidades desse produto para embalar. Seja N o menor número natural tal que, acrescentando-se N unidades do produto às 1 251 unidades já disponíveis, seja possível escolher qualquer um dos três tipos de embalagens e, usando apenas o tipo de embalagem escolhida, distribuir a nova quantidade, de acordo com a capacidade da embalagem e sem sobrar produto fora de embalagem. O número N está entre
- (A) 15 e 19.  
(B) 3 e 7.  
(C) 19 e 23.  
(D) 11 e 15.  
(E) 7 e 11.

17. Em um terreno retangular, com lados medindo 22 m e 31 m, será construído um pequeno galpão, também retangular, em que um lado tem 2 m a mais do que o outro, conforme representado na figura a seguir:

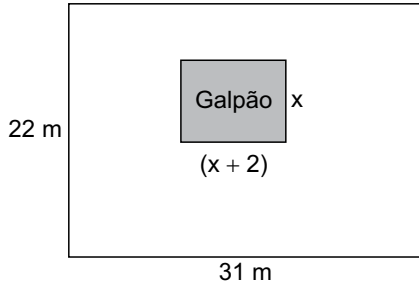


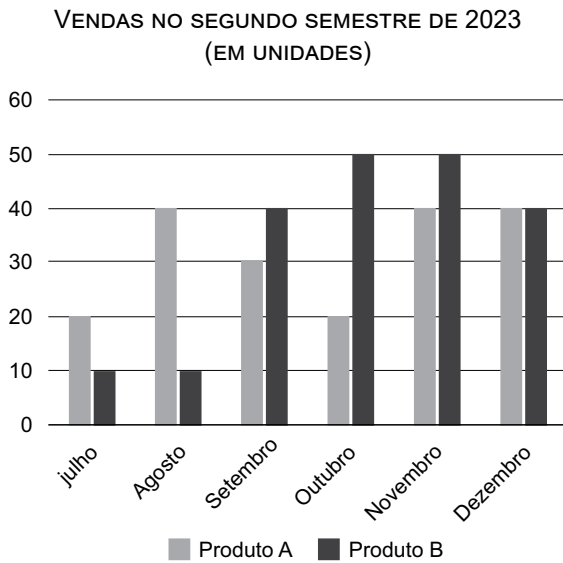
Figura fora de escala

Sabendo-se que, após a construção do galpão, o terreno deverá ter  $619 \text{ m}^2$  de área livre, ou seja, sem considerar a área ocupada pelo galpão, o perímetro do galpão deverá ser de

- (A) 28 m.  
(B) 30 m.  
(C) 34 m.  
(D) 32 m.  
(E) 26 m.
18. Em uma casa comercial são vendidos o tipo I e o tipo II de certo produto. Independentemente do tipo, se o número total de unidades compradas desses produtos for maior ou igual a 200, o preço unitário do produto tipo I tem R\$ 1,00 de desconto e o preço unitário do produto tipo II tem R\$ 2,00 de desconto. Um cliente comprou 80 unidades do tipo I e 30 unidades do tipo II, do referido produto, pagando o total de R\$ 3.020,00, enquanto que outro cliente comprou 120 unidades do tipo I e 82 unidades do tipo II do produto, pagando o total de R\$ 5.504,00. O preço unitário do tipo II desse produto, sem o desconto, é igual a

- (A) R\$ 36,00.  
(B) R\$ 32,00.  
(C) R\$ 40,00.  
(D) R\$ 42,00.  
(E) R\$ 34,00.

19. O gráfico apresenta as quantidades de unidades de um produto A e de um produto B, que foram vendidas em um comércio, no segundo semestre de 2023:



Em determinado mês, o acumulado de unidades vendidas do produto A, naquele semestre, igualou-se ao acumulado de unidades vendidas do produto B. O acumulado de unidades do produto B vendidas até o referido mês, correspondeu, do total de unidades vendidas do produto B no semestre, a

- (A) 45%
- (B) 65%
- (C) 50%
- (D) 60%
- (E) 55%
20. Considere a seguinte sequência de comandos que foi dada a uma pessoa que está localizada em um ponto A:
- I. Do ponto em que está, caminhe 2 metros, em linha reta, e pare.
  - II. No ponto em que parou, gire  $45^\circ$  para esquerda.
  - III. Repita os comandos I e II até retornar ao ponto inicial A.
- Ao concluir a sequência de comandos anterior, a forma geométrica do trajeto feito pela pessoa corresponderá a um
- (A) hexágono (forma com 6 lados).
- (B) octógono (forma com 8 lados).
- (C) quadrilátero (forma com 4 lados).
- (D) pentágono (forma com 5 lados).
- (E) heptágono (forma com 7 lados).



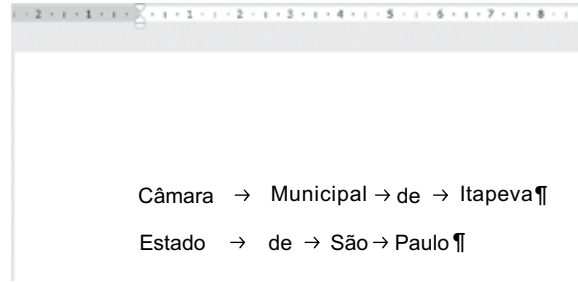
21. Tem-se a seguinte estrutura de pastas do Microsoft Windows 10, exibida no Explorador de Arquivos, ambos em sua configuração padrão, em dois momentos, ANTES e DEPOIS.

ANTES	DEPOIS
<ul style="list-style-type: none"> <li>∨ Temp</li> <li>∨ 2024_01                             <ul style="list-style-type: none"> <li>Eventos</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>∨ Temp                             <ul style="list-style-type: none"> <li>Eventos</li> </ul> </li> <li>2024_01                             <ul style="list-style-type: none"> <li>Eventos</li> </ul> </li> </ul>

Assinale a alternativa que indica o(s) passo(s) que deve(m) ser executado(s) para transformar a estrutura do momento ANTES para o momento DEPOIS.

- (A) Mover a pasta Eventos para dentro da pasta Temp e depois mover a pasta 2024\_01 para dentro da pasta Eventos.
- (B) Mover a pasta Eventos para dentro da pasta 2024\_01, apenas.
- (C) Mover a pasta Eventos para dentro da pasta Temp, apenas.
- (D) Mover a pasta 2024\_01 para dentro da pasta Temp e depois mover a pasta Eventos para dentro da 2024\_01.
- (E) Mover a pasta 2024\_01 para dentro da pasta Eventos, apenas.

22. Tem-se o seguinte texto, editado no Microsoft Word 2016, em sua configuração original, com as marcas de parágrafo ativadas.



Um usuário abriu a janela Localizar e substituir e digitou um caractere de espaço em branco (" ") no campo "Localizar:" e depois digitou dois pontos (":") no campo "Substituir por:", e finalmente clicou em Substituir Tudo.

Assinale a alternativa com o resultado da operação, sem as marcas de parágrafo ativadas.

- (A) Câmara:Municipal:de:Itapeva  
Estado:de:São:Paulo
- (B) Câmara:Municipal:de:Itapeva:Estado:de:São:Paulo
- (C) Câmara          Municipal          de          Itapeva  
Estado          de          São          Paulo
- (D) Câmara:Municipal:de:Itapeva Estado:de:São:Paulo
- (E) Câmara:Municipal:de:Itapeva  
Estado          de          São          Paulo

23. Tem-se a seguinte planilha criada no Microsoft Excel 2016, em sua configuração original.

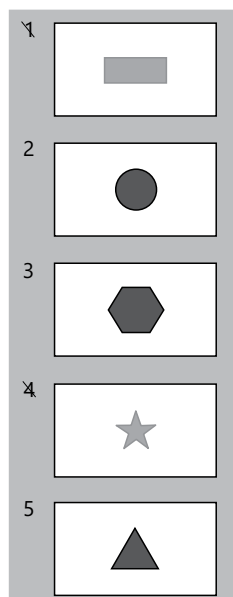
	A	B	C
1	1	0	
2	0	1	
3	1	1	
4	0	0	
5	0	-1	

Um usuário inseriu na célula C1 a função =SEERRO(A1/B1;1), e depois clicou com o botão principal do mouse na alça de preenchimento da célula C1 e, sem soltar o botão do mouse, arrastou até a célula C5, quando, finalmente, soltou o botão principal do mouse.

Assinale a alternativa com o conteúdo, respectivamente, das células C1, C2, C3, C4 e C5.

- (A) 1, 1, 0, 0, 1
- (B) 1, 1, 1, 1, -1
- (C) 0, 0, 1, 1, 0
- (D) 1, 0, 1, 1, 0
- (E) 0, 1, 0, 0, 1

24. Tem-se a seguinte imagem com as miniaturas de slides de uma apresentação criada no Microsoft PowerPoint 2016, em sua configuração padrão.



Ao iniciar o Modo de Apresentação pressionando F5, e depois pressionando ENTER para avançar até o final da apresentação, assinale a alternativa que indica quais slides serão exibidos.

- (A) 2, 3, 4, 5, apenas.
- (B) 1, 2, 3, apenas.
- (C) 2, 3, 5, apenas.
- (D) 1, 2, 3, 4, 5.
- (E) 5, apenas.
25. Marcelo preparou uma mensagem de correio eletrônico, inserindo Julia no campo Para, Angela no campo Cc e Pedro no campo Cco. Considerando que todos os usuários utilizam o Microsoft Outlook 2016, em sua configuração padrão, e que a mensagem foi enviada e recebida com sucesso, quando \_\_\_\_\_ clicar no botão Responder a todos, o Outlook irá preparar uma mensagem automática contendo \_\_\_\_\_ nos campos de destinatários.
- (A) Angela ... Marcelo e Julia, apenas.
- (B) Pedro ... Marcelo, apenas.
- (C) Julia ... Marcelo, Angela e Pedro.
- (D) Angela ... Marcelo, Julia e Pedro.
- (E) Pedro ... Angela e Julia, apenas.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

26. Tendo em vista a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, bem como a disciplina constante da Constituição Federal, assinale a alternativa correta sobre as emendas constitucionais.
- (A) As propostas de emenda constitucional aprovadas em dois turnos pela Câmara dos Deputados devem ser apreciadas pelo Senado na mesma legislatura, sob pena de terem que retornar àquela para nova votação.
- (B) Não podem ser votadas na mesma sessão legislativa as emendas rejeitadas ou havidas por prejudicadas, bem como o substitutivo que é uma subespécie do projeto originariamente proposto.
- (C) As emendas constitucionais devem ter a tramitação iniciada na Câmara dos Deputados e depois serem encaminhadas ao Senado para votação.
- (D) As emendas à Constituição, após sanção do Presidente da República ou derrubada de eventual veto, serão promulgadas pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.
- (E) Não precisa ser reapreciada pela Câmara dos Deputados expressão suprimida pelo Senado Federal em texto de projeto que, na redação remanescente, aprovada por ambas as Casas do Congresso, não perdeu sentido normativo.
27. Tendo em vista a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a legitimidade para a propositura de ações constitucionais de controle concentrado, assinale a alternativa correta.
- (A) A perda superveniente de representação parlamentar resulta na perda de legitimidade ativa, ocasionando a extinção da ação direta de inconstitucionalidade anteriormente proposta, salvo se já iniciado o julgamento.
- (B) É incabível a interposição de qualquer espécie de recurso por quem, embora legitimado para a propositura da ação direta, nela não figure como requerente ou requerido.
- (C) Possui legitimação para propor ação direta de inconstitucionalidade a entidade de classe de âmbito estatutário nacional que tenha representação em, pelo menos, sete Estados da Federação, bem como represente toda a categoria profissional cujos interesses pretenda tutelar.
- (D) Tendo em vista que a arguição de descumprimento fundamental (ADPF) pode ter por objeto lei municipal, admite-se, nesse caso, a legitimidade ativa do Prefeito.
- (E) Os Estados-Membros da Federação estão legitimados a agir como sujeitos processuais em ações de controle concentrado de constitucionalidade que tenham por objeto lei ou ato normativo Estadual.

- 28.** Assinale a alternativa correta acerca da competência dos municípios, tendo em vista o entendimento do Supremo Tribunal Federal.
- (A) O município não detém competência para definir o tempo máximo de espera de clientes em filas de instituições bancárias.
  - (B) O município é competente para legislar sobre meio ambiente, no limite de seu interesse local, podendo, em razão das suas peculiaridades, modificar a disciplina estabelecida pelo Estado.
  - (C) Compete aos municípios legislar sobre a obrigatoriedade de instalação de hidrômetros individuais em edifícios e condomínios, em razão do preponderante interesse local envolvido.
  - (D) Cabe aos municípios promover o licenciamento ambiental de empreendimentos que possam causar impacto ambiental de âmbito regional.
  - (E) O município não tem competência para legislar sobre a distância mínima entre postos de revenda de combustíveis.
- 29.** Tendo em vista a disciplina constitucional vigente, bem como o entendimento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta sobre os tribunais e conselhos de contas municipais.
- (A) A Constituição Federal veda que os municípios criem seus próprios Tribunais, Conselhos ou órgãos de contas municipais, bem como extingue os criados sob a égide de regime constitucional anterior.
  - (B) A Constituição da República impede que os municípios criem os seus próprios tribunais, conselhos ou órgãos de contas municipais, mas permite que os Estados-Membros, mediante autônoma deliberação, instituem órgão estadual denominado Conselho ou Tribunal de Contas dos Municípios.
  - (C) É vedada a criação de Tribunais de Contas Municipais, mas permitida a criação dos denominados Conselhos de Contas Municipais, integrados por membros da Câmara Municipal, cidadãos e representantes dos Poderes Executivo e Legislativo.
  - (D) É vedada a extinção de Tribunal de Contas responsável pela fiscalização dos municípios mediante a promulgação de Emenda à Constituição estadual, tendo em vista que o Constituinte proibiu a supressão desses órgãos.
  - (E) O controle externo da Câmara Municipal será exercido pelo Tribunal de Contas do Estado, auxiliado pelo Tribunal de Contas do município, que deverá ser instituído pela Lei Orgânica Municipal em municípios com mais de 100 (cem) mil habitantes.
- 30.** Hipoteticamente, José era Prefeito do município X. No dia 15 de maio do quarto ano do mandato, renunciou, sendo substituído pelo vice-prefeito, Mário. Este assumiu o cargo de prefeito e faleceu no dia 15 de junho do mesmo ano, em razão de causas naturais. A ex-esposa de José, Maria, bem como a viúva de Mário, Helena, apresentaram requerimento de candidatura ao cargo de prefeito. Maria se divorciou de José no primeiro mês de seu mandato de prefeito.
- Tendo em vista o entendimento do Supremo Tribunal Federal, bem como que a data do pleito eleitoral seria no dia 15 de outubro do ano em que José renunciou e Mário faleceu, assinale a alternativa correta.
- (A) Maria é elegível, tendo em vista que, apesar da dissolução do vínculo conjugal não afastar a inelegibilidade prevista pela Constituição Federal, seu ex-marido não mais era prefeito na data do pleito eleitoral.
  - (B) Maria é elegível, tendo em vista que a dissolução do vínculo conjugal ocorreu em período anterior aos seis meses que antecedem o pleito, o que afasta a inelegibilidade prevista pela Constituição Federal.
  - (C) Helena é inelegível, pois a morte de Mário ocorreu a menos de seis meses da eleição, razão pela qual persiste a inelegibilidade prevista na Constituição Federal.
  - (D) Helena é elegível pois a dissolução do vínculo conjugal por morte afasta a inelegibilidade prevista na Constituição Federal.
  - (E) Maria é elegível, tendo em vista que a dissolução do vínculo conjugal afasta a inelegibilidade prevista pela Constituição Federal.

31. Hipoteticamente, Caio prestou concurso para analista legislativo da Câmara Municipal. O certame oferecia 100 vagas, e Caio ficou classificado em 101º lugar. Foram convocados os 100 primeiros candidatos. Dentro do prazo de validade do concurso prestado por Caio, foi aberto novo concurso para o mesmo cargo de analista legislativo da Câmara Municipal.

De acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal, pode-se corretamente afirmar que Caio

- (A) terá direito subjetivo de ser nomeado, pois a abertura de novo concurso para o mesmo cargo, durante o prazo de validade do certame anterior, gera automaticamente o direito à nomeação dos candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital.
- (B) terá direito à nomeação se comprovar a preterição arbitrária e imotivada por parte da administração, caracterizada por comportamento tácito ou expreso do poder público capaz de revelar a inequívoca necessidade de sua nomeação durante o período de validade do certame.
- (C) não terá direito algum de ser nomeado, tendo em vista que foi aprovado em classificação superior ao número de vagas ofertadas pelo edital, podendo a Administração Pública, de forma livre e discricionária, independentemente de qualquer motivação, escolher entre nomear os candidatos aprovados além do número de vagas ou abrir novo concurso.
- (D) terá direito subjetivo de ser nomeado, se, dentro do prazo de validade do concurso por ele prestado, for nomeado algum candidato do novo concurso aberto pela Câmara Municipal, tendo em vista a vedação da preterição da ordem de aprovação.
- (E) terá direito subjetivo de ser nomeado, pois a abertura de novo concurso para o mesmo cargo, mesmo após o término de validade do certame anterior, gera automaticamente o direito à nomeação dos candidatos aprovados fora das vagas previstas no edital.

32. É correto afirmar que o interesse público

- (A) é único, existe no plano abstrato e independe da ordem constitucional.
- (B) não se opõe necessariamente ao interesse privado.
- (C) secundário está diretamente relacionado à necessidade de o Estado satisfazer necessidades coletivas, por meio de atividades prestadas em favor da coletividade.
- (D) primário é o interesse do próprio Estado, enquanto sujeito de direitos e obrigações.
- (E) confunde-se com o interesse da Administração Pública, pois cabe a esta garantir o atendimento das necessidades coletivas.

33. Considere que o setor de pessoal da Câmara Municipal solicitou uma reunião com a assessoria jurídica da Casa, para tratar do registro de legalidade dos atos de admissão de pessoal no Tribunal de Contas, bem como dos atos de concessão de aposentadoria e pensões. Os responsáveis pelo setor estão com dúvidas jurídicas sobre a extensão da competência do Tribunal de Contas e os potenciais reflexos que a demora na análise pela Corte pode ter sobre esses atos.

Com base na situação hipotética, a respeito do assunto, a assessoria jurídica poderá informar de maneira correta que

- (A) os atos de admissão de cargos puramente em comissão não estão sujeitos ao controle de legalidade pelo Tribunal de Contas.
- (B) a competência para apreciar a legalidade de aposentadorias e pensões engloba também a de apreciar as melhorias nesses benefícios, ainda que não haja mudança no fundamento legal do ato de concessão.
- (C) o Tribunal de Contas, caso constate que o fundamento legal utilizado pela Câmara para conceder a aposentadoria está incorreto, deverá alterar o ato jurídico, modificando diretamente o benefício.
- (D) o Tribunal de Contas, caso negue registro a um ato de admissão de pessoal, poderá ter a decisão revista pelo Poder Legislativo, por maioria qualificada.
- (E) o Tribunal de Contas não tem prazo para julgar a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria ou pensão, pois a obtenção do benefício somente será aperfeiçoada quando houver manifestação da Corte e da Câmara Municipal.

**34.** Considere que o Presidente da Câmara Municipal recebeu em seu gabinete o Secretário de Governo do Município X, para tratar de reportagens em que a imprensa denunciava os problemas dos serviços públicos que foram concedidos à iniciativa privada. O Presidente destacou que há uma percepção geral de que o grau de excelência prometido no momento em que os serviços foram concedidos não foi alcançado e que, embora as empresas estejam cumprindo rigorosamente as suas obrigações contratuais, a população não está satisfeita com a sua execução. As partes presentes na reunião chegam à conclusão de que os contratos devem ser encerrados por não atenderem ao interesse público.

Nessa situação hipotética, o assessor jurídico da Câmara Municipal presente na reunião, com base na Lei nº 8.987/95, deverá declarar que a extinção dos contratos será feita por

- (A) caducidade, que será executada mediante lei autorizativa e pagamento de indenização pelos bens reversíveis.
- (B) rescisão, que deverá ser feita de maneira amigável ou por decisão de câmara arbitral.
- (C) reversão, a ser executada por decreto do Poder Executivo e mediante o pagamento de indenização prevista em contrato.
- (D) anulação, que deverá ser precedida de decisão judicial com trânsito em julgado.
- (E) encampação, a ser executada mediante lei autorizativa e pagamento de prévia indenização, quando cabível.

**35.** A respeito da modalidade de licitação denominada “diálogo competitivo”, com base na Lei nº 14.133/21, é correto afirmar que

- (A) a Administração deverá lançar, concluída a fase de diálogo, edital de licitação contendo as especificidades do objeto, oportunidade em que facultará que empresas que não participarem da primeira fase ofereçam propostas.
- (B) o diálogo competitivo será conduzido por comissão formada por cinco agentes públicos, sendo a sua maioria servidores públicos estáveis.
- (C) a participação na licitação não autoriza a Administração a revelar as soluções propostas pelo licitante sem o consentimento dele.
- (D) a Administração, para usá-la, deverá ter a capacidade de identificar suficientemente as especificações técnicas da contratação.
- (E) será utilizada nas situações em que a Administração pretenda adquirir bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto.

**36.** A respeito do processo administrativo disciplinar (PAD), com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

- (A) O controle judicial de PAD não se restringe ao exame da regularidade do procedimento e da legalidade do ato, à luz dos princípios do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal, pois é possível a incursão no mérito administrativo.
- (B) A instauração do competente processo administrativo disciplinar não supera o exame de eventuais irregularidades ocorridas durante a sindicância.
- (C) A portaria de instauração do PAD deve expor de forma detalhada os fatos que serão apurados.
- (D) No PAD, a alteração da capitulação legal imputada ao acusado não enseja nulidade, uma vez que o indiciado se defende dos fatos nele descritos e não dos enquadramentos legais.
- (E) A ausência de termo de compromisso de imparcialidade de membro de comissão processante implica nulidade do PAD.

**37.** Considere que, hipoteticamente, o Município X detém o controle do capital social de empresa estatal responsável por estruturar projetos de infraestrutura e desestatização para a Administração Direta. Passadas duas décadas da sua fundação, observou-se que a existência de entidade desse tipo onera de forma desnecessária o orçamento público, motivo pelo qual o Chefe do Poder Executivo propôs projeto para viabilizar a sua extinção. Considerando os potenciais impactos da medida, os vereadores de oposição ao Governo solicitaram reunião com a assessoria jurídica da Câmara Municipal, para tratar de alguns assuntos considerados sensíveis.

Com base na teoria das empresas estatais e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a assessoria jurídica poderá informar de forma correta que a

- (A) lei deve realizar a extinção da pessoa jurídica e os empregados públicos deverão ser integrados na Administração Direta, pois gozam de estabilidade no emprego.
- (B) lei não pode autorizar a incorporação dos empregados públicos na Administração Direta, que também não poderá assumir os débitos judiciais da empresa.
- (C) empresa estatal não precisa ser extinta por lei, pois a competência constitucional para gerir a Administração Direta é privativa do Poder Executivo.
- (D) lei deve autorizar a extinção da empresa estatal e poderá transferir à Administração Direta os débitos resultantes de sentença judicial.
- (E) lei não é necessária para extinguir a pessoa jurídica, pois a empresa estatal não poderia ter como objeto a prestação de serviços para a própria Administração Direta.

38. Considere que Tomás, padre, cometeu um crime vinculado ao prestígio social obtido em razão do desempenho de sua função. Após a condenação penal de Tomás, a vítima do crime, Luiz, ajuizou uma ação de responsabilidade civil em face da Igreja Católica.

Com base na situação hipotética e no disposto na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

- (A) Tomás e a Igreja Católica respondem subjetivamente pelos danos causados a Luiz, bastando a comprovação da conduta e do nexo de causalidade.
- (B) a Igreja Católica responde objetivamente pelo desvio de conduta, desde que comprovada a responsabilidade subjetiva de Tomás.
- (C) Tomás responde objetivamente pelos danos causados a Luiz, bastando a comprovação do dano e da conduta.
- (D) Luiz não poderia ter ajuizado a ação de responsabilidade civil em face da Igreja Católica, pois a responsabilidade civil é sempre individual e intransferível do autor do fato.
- (E) a Igreja Católica não tem nenhuma responsabilidade sobre os atos de Tomás, que tem responsabilidade integral pelos danos causados a Luiz.

39. Considere que Marcela e Natália estabeleceram em 2015 um condomínio voluntário sobre um bem e que durante anos Marcela arcou com todas as despesas para a conservação da coisa. Sentindo-se injustiçada com a situação, Marcela deseja ajuizar uma ação requerendo de Natália o reembolso dos valores que pagou sozinha para manter e conservar o bem comum.

Com base na situação hipotética e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que a pretensão de Marcela

- (A) decai em quatro anos, em face do vício existente no negócio jurídico.
- (B) prescreve em cinco anos, uma vez existente previsão expressa no Código Civil.
- (C) prescreve em três anos, uma vez que a situação se caracteriza como enriquecimento sem causa de Natália.
- (D) prescreve em dez anos, em face da ausência de enquadramento legal específico.
- (E) decai em três anos, uma vez presente o enriquecimento sem causa de Natália.

40. A respeito do Direito das Obrigações, assinale a alternativa que está de acordo com o Código Civil.

- (A) Havendo dois devedores e a prestação não for divisível, cada um será obrigado pela metade da prestação.
- (B) A obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios, se eles não forem mencionados, mas os frutos percebidos e os pendentes são do credor.
- (C) Nas coisas determinadas pelo gênero e pela quantidade, a escolha pertence ao credor, se o contrário não resultar do contrato.
- (D) No âmbito das obrigações alternativas, se todas as prestações se tornarem impossíveis sem culpa do devedor, extingui-se-á a obrigação, sendo o devedor responsável pelas perdas e pelos danos.
- (E) Até a tradição pertence ao devedor a coisa, inclusive com os seus melhoramentos, pelos quais poderá exigir aumento no preço, mas, se o credor não anuir, poderá o devedor resolver a obrigação.

41. A respeito dos institutos da *supressio* e da proibição de comportamento contraditório (*venire contra factum proprium*), assinale a alternativa correta.

- (A) A teoria do *venire contra factum proprium* se insere na conhecida teoria dos atos impróprios.
- (B) O *venire contra factum proprium* deriva obrigatoriamente de um comportamento comissivo do contratante.
- (C) Para se aplicar a *supressio*, é imprescindível que o exercício continuado de uma situação jurídica se dê, pelo menos, por três anos.
- (D) Atualmente entende-se que, para aplicação da *supressio*, é fundamental a investigação do elemento anímico do titular que não exerceu o direito.
- (E) A vedação de comportamento contraditório se fundamenta na tutela jurídica da confiança, que, por sua vez, decorre da cláusula geral da boa-fé.

42. Considere que Maria passa por sérios problemas financeiros advindos de gastos com o tratamento de câncer de José, seu esposo. Com o fim de possibilitar o melhor tratamento disponível no país para José, Maria fez um empréstimo bancário de um milhão de reais, a ser pago em 30 anos, e, como garantia, hipotecou seu imóvel de mil metros quadrados localizado no Bairro do Cambuí, em Campinas.

Com base na situação hipotética, no disposto no Código Civil e na Lei de Registros Públicos, assinale a alternativa correta.

- (A) Devidamente constituída a hipoteca, ela valerá pelo prazo de 30 (trinta) anos, findo o qual só será mantido o número anterior se reconstituída por novo título e novo registro.
- (B) Caso Maria fique inadimplente com cinco prestações do empréstimo, deverá o credor declarar vencidas as demais obrigações garantidas pelo mesmo imóvel.
- (C) Ao estabelecer o direito real de garantia, o contrato de hipoteca pode prever que Maria está proibida de alienar o imóvel hipotecado.
- (D) Uma vez regularmente constituída a hipoteca, Maria não poderá constituir outra hipoteca sobre o mesmo imóvel.
- (E) O cancelamento da hipoteca só pode ser feito por meio de autorização expressa ou quitação outorgada pelo credor, em instrumento público.

43. A respeito Dos Contratos, assinale a alternativa que está de acordo com o Código Civil.

- (A) Possibilita-se que as partes, por cláusula expressa, reforcem ou diminuam a responsabilidade pela evicção, sendo vedado apenas que ela seja excluída.
- (B) É vedado que as partes negociantes estabeleçam parâmetros objetivos para a interpretação das cláusulas negociais, uma vez que as disposições do Código Civil são de aplicação cogente.
- (C) No contrato com pessoa a declarar, a indicação deve ser comunicada à outra parte no prazo de cinco dias da conclusão do contrato, se outro não tiver sido estipulado.
- (D) A evicção é direito subjetivo do credor e está fundada na cláusula geral da boa-fé, podendo o adquirente demandar pela evicção, ainda que haja prova de que ele sabia que a coisa era alheia.
- (E) Se o estipulante não der execução ao contrato preliminar, poderá a outra parte considerá-lo desfeito, sendo vedado pedir perdas e danos.

44. Sobre a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, assinale a alternativa correta de acordo com a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000.

- (A) Os edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão dispor, no mínimo, de 10% do total de banheiros existentes, com equipamentos que possam ser utilizados por pessoas com deficiência.
- (B) Os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas de grande circulação deverão estar equipados com mecanismo que emita sinal sonoro intermitente e estridente, que sirva de guia ou orientação para a travessia de pessoas com deficiência visual.
- (C) Nos edifícios privados de uso coletivo, todos os acessos ao interior da edificação deverão estar livres de barreiras arquitetônicas e obstáculos que dificultem a acessibilidade de pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- (D) Os banheiros de uso público existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- (E) É vedada a instalação de qualquer mobiliário urbano em área de circulação comum para pedestres que possa oferecer risco de acidente à pessoa com deficiência.

45. Aristóteles e Platão, brasileiros natos, respectivamente com 15 e 17 anos, ambos estudantes militantes do grêmio estudantil de escola municipal, ingressaram com uma ação popular em face de atos lesivos supostamente praticados pelo Prefeito Municipal e pelo Presidente da Câmara Municipal, incluindo-os solidariamente no polo passivo da demanda.

Diante da situação hipotética e considerando o disposto na Lei da Ação Popular, nº 4.717 de 29 de junho de 1965, é correto afirmar que

- (A) a presença do Prefeito Municipal no polo passivo implica sempre a competência do Tribunal de Justiça para o conhecimento e o processamento da causa.
- (B) Aristóteles não tem legitimidade para a ação, e Platão terá legitimidade se comprovar a condição de cidadão, com a juntada de título eleitoral ou documento equivalente.
- (C) Aristóteles terá legitimidade para a ação se representado pelo seu genitor com a juntada do título eleitoral deste último.
- (D) a competência para a ação será da justiça comum estadual de primeira instância se houver interesse da União.
- (E) Platão terá legitimidade para a propositura da ação popular ainda que não tenha se alistado, bastando a comprovação da nacionalidade brasileira.

46. Sobre a propositura de ação civil pública, assinale a alternativa correta à luz do disposto na Lei nº 7.347 de 24 de julho de 1985.

- (A) Em caso de desistência infundada ou abandono da ação civil pública por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirão a titularidade ativa.
- (B) Associação constituída há sete meses atende ao requisito da pré-constituição para a propositura de ação civil pública.
- (C) Empresas públicas ou sociedades de economia mista, tendo em vista a natureza privada, não têm legitimidade para a propositura de ação civil pública.
- (D) O Ministério Público, se não atuar como parte, poderá aditar a inicial e pleitear seu ingresso como litisconsorte.
- (E) Qualquer cidadão é parte legítima para a propositura de ação civil pública visando à tutela dos direitos coletivos de pessoas ligadas entre si por uma relação jurídica base.

47. Uma associação privada de defesa do Meio Ambiente firmou TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) com grande indústria local visando sanar práticas lesivas ao meio ambiente. Chegando a avença ao conhecimento do Município, não satisfeito com o conteúdo do TAC e com a persistência das práticas lesivas, é correto afirmar, à luz do disposto na Lei nº 7.347 de 24 de julho de 1985, que

- (A) a associação privada não tem legitimidade para firmar TAC, que é restrito apenas aos órgãos públicos legitimados, mas carece o Município de legitimidade para a propositura de ação civil pública ambiental.
- (B) a associação privada mostra-se legitimada para firmar referido TAC, que vincula os demais legitimados para a propositura da ação civil pública.
- (C) a associação privada não tem legitimidade para firmar TAC, e este não vincula o Município, que tem legitimidade para a propositura de ação civil pública ambiental.
- (D) o TAC tem natureza de título executivo judicial e pode ser executado diretamente pela associação privada signatária diante do descumprimento de seus termos.
- (E) o TAC tem natureza de título executivo extrajudicial e pode ser executado diretamente pelos demais legitimados à propositura de ações civis públicas, inclusive pelo Município, diante do descumprimento de seus termos.

48. Considere que Mário, empresário de sucesso, foi recentemente empossado no cargo de vereador do Município de Campinas. Por não estar familiarizado com a linguagem do processo legislativo, ao longo dos debates envolvendo uma proposição, ouviu no Plenário o líder do Governo informar que apresentará um substitutivo a um projeto que institui uma nova lei de zoneamento urbano no Município de Campinas. Para se inteirar do assunto, Mário vai ao canto do Plenário da Casa e pede para que João, analista jurídico, preste maiores informações sobre substitutivos, emendas e subemendas.

Com base na situação hipotética e no Regimento Interno da Câmara Municipal de Campinas, João poderá declarar de forma correta que

- (A) os substitutivos que forem protocolados, ao contrário das emendas, não receberão número de protocolo, devendo ser juntadas aos processos após lidos em plenário.
- (B) a comissão que estiver apreciando a matéria será competente para analisar o substitutivo apresentado durante a tramitação do projeto, não sendo possível que o Presidente da Câmara autorize a manifestação conjunta de comissões distintas.
- (C) as emendas e os substitutivos poderão ser apresentados por líder de bancada após a discussão da matéria na ordem do dia, se a matéria estiver incluída nessa ordem.
- (D) as emendas são as proposições que visam à mudança do conjunto de outra proposição, podendo ser classificadas como supressivas, modificativas ou aditivas.
- (E) não serão admitidas emendas ou substitutivos aos projetos de lei que versem sobre zoneamento urbano já aprovados em primeira votação, exceto emendas de redação final, ou, no caso de proposta sugerida em audiência pública, para adequar tecnicamente o projeto ou seus dispositivos.



- 49.** De acordo com a Lei Orgânica do Município de Campinas, a respeito da Mesa da Câmara, é correto afirmar que
- (A) a Mesa da Câmara decide pelo voto da maioria de seus membros.
  - (B) os seus componentes serão eleitos em até 10 dias úteis após a posse dos vereadores.
  - (C) qualquer componente da Mesa poderá ser destituído, justificadamente, pelo voto de dois terços dos seus membros.
  - (D) compete à Mesa representar a Câmara em juízo ou fora dele.
  - (E) os membros da Mesa serão eleitos para um mandato de dois anos, fazendo-se o primeiro escrutínio por três quintos dos membros da Câmara Municipal.
- 50.** Com base na Lei Municipal nº 15.963/2020, que estabelece normas gerais sobre o procedimento administrativo no âmbito da Administração direta e indireta do Município de Campinas, assinale a alternativa correta.
- (A) O processo administrativo terá início de ofício pela autoridade competente ou a requerimento do interessado e deverá tramitar de forma eletrônica.
  - (B) O agente público deverá indicar os pressupostos de fato e de direito que determinam as decisões administrativas.
  - (C) Os atos do processo administrativo devem, em regra, seguir a forma previamente definida em lei.
  - (D) Os atos do processo administrativo a serem realizados pelo interessado devem ser praticados no prazo de dez dias úteis, podendo, mediante justificativa, ser prorrogado.
  - (E) Somente lei poderá ampliar direitos dos administrados ou impor-lhes obrigações de qualquer espécie.





